



EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026**

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE APRAZÍVEL**, realizará licitação visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento das necessidades de manutenção dos diversos setores da **Municipalidade**, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico
Apresentação de Proposta	Até 17 de julho de 2026 às 9:00h (horário de Brasília)
Abertura da licitação	9:00h (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	Menor Preço Por item
Valor Estimado	Sigiloso nos termos do art. 24, da Lei Federal nº14.133/21
Modo de Disputa	Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	1% (um por cento)
Benefícios ME/EPP	Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência
Permitida a participação de consórcio	Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	Não
Sistema Eletrônico	http://170.0.24.38:8079/comprasedital/
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	www.monteaprazivel.sp.gov.br
Pedidos de esclarecimentos e Impugnações	e-mail: licitacaomonte@outlook.com, licitacao@monteaprazivel.sp.gov.br e pregoeiro@monteaprazivel.sp.gov.br



1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento das necessidades de manutenção dos diversos setores da Municipalidade**, em sede de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

1.2 O critério de julgamento será o indicado no quadro acima e quando da licitação em itens, o licitante poderá participar de quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens escolhido.

2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. As regras referentes a eventuais órgãos participantes, bem como a possibilidades de futuras adesões, se for o caso, constarão na minuta de Ata de Registro de Preços conforme Anexo V, deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico: <http://170.0.24.38:8079/comprasedital/>

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Fiorilli, através de manifestação de operador formalmente designado.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Prefeitura de Monte Aprazível ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O licitante se compromete a:

3.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

3.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.9. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

3.9.1. Que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. Agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;

3.9.3. Entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;

3.9.4. Reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



- 4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.1.1.** O valor estimado do certame terá caráter sigiloso nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 4.2.** No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:
- 4.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4.1.** No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.4.3.** Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não será aplicado as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9.** Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



4.10.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

5.1.1. valor unitário e total do itens;

5.1.2. quantidade;

5.1.3. marca, fabricante. (Quando Couber)

5.1.4. *Poderá ser juntado ainda pelo licitante catálogos, prospectos, manuais, etc, que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital, sendo vedado, contudo a apresentação de documentos que identifique o licitante, sob pena de desclassificação da proposta.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10¹ do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. Quando o certame for estruturado em lotes, o licitante deverá obrigatoriamente informar, no sistema eletrônico, o valor unitário e a marca correspondente a cada item que compõe o lote.

5.10. Nos certames organizados por itens, será igualmente obrigatória a indicação da marca de cada item ofertado, conforme critérios estabelecidos neste edital e nas funcionalidades do sistema.

5.11. De maneira alternativa, o licitante poderá além de preencher o sistema, também apresentar proposta detalhada por escrito, contendo marca, especificações e demais informações pertinentes, desde que a proposta seja anexada ao sistema dentro do prazo de envio das propostas.

5.12. A apresentação da proposta por escrito não é obrigatória, desde que todos os campos do sistema estejam devidamente preenchidos com as informações exigidas pelo edital. Na ausência de proposta por escrito, prevalecerão, para fins de julgamento, os dados inseridos diretamente no sistema eletrônico.

5.13. A proposta inserida no sistema eletrônico que contenha qualquer elemento, informação, dado, marca, expressão ou referência capaz de identificar direta ou indiretamente o licitante será imediatamente desclassificada, de modo a garantir o sigilo das propostas.

5.14. No caso de indicação de marcas de fabricação própria, é vedada a inserção da razão social ou nome empresarial do licitante. Nessa hipótese, a marca deverá ser informada como 'marca própria' ou denominação genérica equivalente, sem qualquer alusão que permita a identificação do proponente, sob pena de desclassificação.



5.15. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar forde pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes



apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.11.4, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar forde pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Os procedimentos indicados nos itens 6.18 a 6.18.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



- 6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.19.2.** Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1.** No caso de licitação por itens, a contratação posterior de item específico que compõe o itens, serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.
- 6.20.2.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de itens ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.
- 6.20.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.21.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 8.5.
- 6.21.1.** Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.21.2.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.22.** Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1.** Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);
- 7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- 7.2.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.3.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.
- 7.4.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 7.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1.** contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.3.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.



7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores abaixo de 60 % do valor de referência, o pregoeiro **poderá** solicitar planilha de decomposição de preços ou outro documento comprobatório. A inexecuibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.11.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no **Anexo IV** deste edital.

8.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **04 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, juntamente com a proposta readequada conformedisposto no item 6.21.

8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021 para:

8.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



8.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.

8.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo IV, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

8.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

8.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8.9.3. O benefício de que trata este item não será aplicado quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.1333/2021 e item 4.4.3 deste Edital.

8.10. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo ser solicitado ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.

8.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. Os resultados das avaliações das amostras, se for o caso, serão divulgados aos licitantes no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação.

8.13.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.13.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência



do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. Juntamente com a Ata de Registro de Preços, a empresa deverá apresentar os Termos de Ciência e Notificação, conforme artigo 2º, inciso III, das Instruções nº 01/2020, acrescido pela Resolução nº 11/2021.

9.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

11. DOS RECURSOS

11.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

11.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

11.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

11.2.3. o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.3.1. para as infrações previstas nos itens II, III, IV, V, VI e VII a multa será de 0,5% a 15%.

12.3.2. para as infrações previstas nos itens VIII, IX, X, XI e XII, a multa será de 15% a 30%.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

12.7. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.



13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.
- 13.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, afinalidade e a segurança da contratação.
- 14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sítio oficial www.monteaprazivel.sp.gov.br e na plataforma eletrônico do pregão.
- 14.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I** – Termo de Referência
- ANEXO II** – Modelo de Procuração
- ANEXO III** – Modelo de Proposta
- ANEXO IV** - Documentos de Habilitação
- ANEXO V** - Minuta de Ata de Registro de Preços
- ANEXO VI** - Termo de Ciência e Notificação
- ANEXO VII** – Modelo de Declarações

Monte Aprazível/SP, 1 de julho de 2026.

João Roberto Camargo
Prefeito Municipal



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - FINALIDADE

1.1 A finalidade deste Termo de Referência é preconizar as condições, independentemente de outras exigências integrantes deste procedimento, para ensejar a aquisição pretendida e abaixo descrita.

2 – OBJETO

2.1. Aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento das necessidades de manutenção dos diversos setores da Municipalidade.

3 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1. A aquisição justifica-se pela necessidade de suprir as demandas relacionadas à manutenção, conservação e higienização das instalações públicas do Município de Monte Aprazível/SP, por meio do fornecimento de materiais de limpeza e higiene. Tais insumos são essenciais para garantir condições adequadas de salubridade, organização e asseio dos ambientes utilizados pela Administração Pública e pela população atendida pelos serviços municipais.

3.2 O fornecimento regular desses materiais mostra-se indispensável para assegurar a realização contínua das atividades de limpeza e higienização dos diversos setores, prevenindo o acúmulo de sujidades, a proliferação de agentes nocivos à saúde e a degradação das condições de uso dos espaços públicos. A indisponibilidade ou insuficiência desses insumos pode comprometer a adequada prestação dos serviços públicos, afetando diretamente a qualidade, a segurança e o bem-estar dos usuários e servidores.

3.3 Nesse contexto, a contratação de fornecedores especializados revela-se medida necessária para garantir o abastecimento contínuo, a qualidade dos materiais e a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas. Os produtos deverão atender integralmente às normas técnicas e sanitárias vigentes, assegurando eficiência, segurança e adequação ao uso pretendido, especialmente no que se refere à limpeza e higienização de ambientes públicos.

3.4 Por fim, a instauração de processo licitatório mostra-se imprescindível para assegurar a observância dos princípios que regem a Administração Pública, em especial aqueles previstos na Lei nº 14.133/2021, tais como legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade, publicidade e eficiência, bem como para viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa e a contratação de fornecedores aptos a garantir o fornecimento adequado, contínuo e eficiente dos materiais de limpeza e higiene.

4- DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

4.1 O objeto acima indicado é composto por **107 (cento e sete) itens**, conforme relacionado a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTE	UNID.
1	ÁGUA SANITÁRIA PARA LIMPEZA A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,00% P/P E 2,5% P/P. PRODUTO BIODEGRADÁVEL, BACTERICIDA E GERMINICIDA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR RÓTULO INDICANDO DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, MARCA, PRINCÍPIO ATIVO E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E CONTEÚDO LÍQUIDO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PLÁSTICO RESISTENTE (QUE NÃO ESTOURE NO EMPILHAMENTO E DE ACORDO COM (ABNT/NBR), DE MATERIAL FLEXÍVEL E RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 1 LITRO. DEVERÁ CONTER ESTAMPADO NA EMBALAGEM REGISTRO DO M/S. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1 LITRO.	4.000	LITRO
2	ÁLCOOL EM GEL 70% PARA DESINFECÇÃO, COM AÇÃO ANTIBACTERIANA, FRASCO COM 500GRS. DEVERÁ CONTER ESTAMPADO NA EMBALAGEM: DATA DE	500	FRASCO



	VALIDADE DO PRODUTO, REGISTRO DO INMETRO; COM REGISTRO DO M/S. VOLUME MÍNIMO 500ML		
3	ÁLCOOL EM LÍQUIDO 70% COM AÇÃO ANTIBACTERIANA EMBALAGEM DE 01 LITRO; DEVERÁ CONTER ESTAMPADO NA EMBALAGEM: DATA DE VALIDADE DO PRODUTO, REGISTRO DO INMETRO.	2.000	LITRO
4	ÁLCOOL ETÍLICO PARA LIMPEZA COM TEOR 46° INPM HIDRATADO, USO DOMÉSTICO, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 01 LITRO, VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, COM REGISTRO NA ANVISA.	2.000	LITRO
5	ALGICIDA CHOQUE PARA PISCINA, ELIMINA A PRESENÇA DE ALGAS CAUSADORAS DE ÁGUA VERDE E TURVA, FRASCO 1L.	100	LITRO
6	AMACIANTE DE ROUPAS, GALÃO DE NO MÍNIMO 02 LITROS. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CLORETO DIALQUI DIMETIL, AMÔNIO; COADJUVANTES, CONSERVANTES, DILUENTE E ESPUMA, FRAGÂNCIA, ESTADO LIQUIDO NA COR AZUL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CERTIFICADO DO REGISTRO NO MS E ANVISA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	1.000	GALÃO
7	BALDE PLÁSTICO CONFECCIONADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO RESISTENTE OU POLIESTIRENO RESISTENTE, NÃO RECICLADO, ATÓXICO, CAPACIDADE PARA DE NO MÍNIMO DE 20 LITROS, O BALDE DEVE SER LISO DE UMA ÚNICA COR, DEVEM SER MATERIAL PLÁSTICO REFORÇADO, COM ALÇA EM METAL GALVANIZADO.	80	UNID
8	BALDE PLÁSTICO CONFECCIONADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO RESISTENTE OU POLIESTIRENO RESISTENTE. NÃO RECICLADO, ATÓXICO, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 08 LITROS, O BALDE DEVE SER LISO DE UMA ÚNICA COR, DEVE SER MATERIAL PLÁSTICO REFORÇADO COM ALÇA EM METAL GALVANIZADO.	80	UNID
9	CAIXA PLÁSTICA FABRICAÇÃO EM POLIPROPILENO, BMC OU SMC; ARMAZENADOR DE BRINQUEDOS. MÍNIMO 70L INCOLOR; EMPILHÁVEL; COM TAMPA HERMÉTICA DO MESMO MATERIAL	100	UNID
10	CAIXA PLASTICA DE COMPRA PARA SUPERMERCADOS, TIPO CEASA/AGRICOLA, RECIPIENTE VAZADO DE ALTA DURABILIDADE FEITA EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO, COMPORTANDO ENTRE 20 E 30 KG, MEDIDAS APROXIMADAS DE 55CM COMPRIMENTO X 36 CM LARGURA X ALTURA: 31CM X 36CM X 31 CM (CORES DIVERSAS). EMPILHÁVEL	100	UNID
11	CAIXA TÉRMICA COM RODAS LARGAS DE SUAVE ROLAGEM, POSSUINDO ALÇA RETRÁTIL COM TRÊS REGULAGENS DE ALTURA DE NO MINIMO 42 LITROS.	20	UNID
12	CAIXA TÉRMICA, 18 LITROS, COM ALÇA, MATERIAL POLIPROPILENO.	100	UNID
13	CERA LIQUIDA INCOLOR ACRÍLICA COM BRILHO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1L. BRILHO INSTANTÂNEO, DURADOURO, ANTIDERRAPANTE. CONTENDO EM SUA COMPOSIÇÃO: RESINA ACRÍLICA METALIZADA, AGENTE NIVELADOR, AGENTE FORMADOR DE FILME PLASTIFICANTE, CONSERVANTE E ESSÊNCIA.	100	UND
14	CESTO PARA LIXO COM PEDAL	150	UNID



	ESTRUTURA EXTERNA EM METAL, NA COR BRANCA; COMPARTIMENTO INTERNO REMOVÍVEL EM MATERIAL PLÁSTICO DE VOLUME APROXIMADO 11 LITROS; POSSUIR PEDAL REFORÇADO, MECANISMO DE ACIONAMENTO DA TAMPA EM METAL EMBUTIDO; POSSUIR ALÇA PARA MANUSEIO EM METAL.		
15	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO PEQUENO, TELADO, MÍNIMO DE 10 LITROS.	150	UNID
16	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM NO MINIMO 50 LITROS.	100	UNID
17	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM TAMPA DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 LITROS.	50	UNID
18	COLORADO GRANULADO MULTIPLA AÇÃO 3 EM 1, DESINFETANTE, CLARIFICANTE E ALGISTÁTICO BALDE DE MINIMO 10KG	150	BALDE
19	COADOR DE PANO PARA CAFÉ DIAMETRO 15 E 20 CM – COMPRIMENTO APROXIMADO 30 CM, COM CABO ARAME E PVC.	100	UNID
20	COADOR PERMANENTE PARA CAFÉ PARA SER USADO NO PORTA FILTRO, CONFECCIONADO EM TNT (TECIDO NÃO TECIDO) TAMANHO 103. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	150	UNID
21	CONDICIONADOR INFANTIL UNISSEX EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 350 ML; FORMULA SUAVE CONTEM PH NEUTRO; TESTADOS DERMATOLOGICAMENTE; PODENDO SER UTILIZADO DIARIAMENTE EM TODOS OS TIPOS DE CABELO. FRAGRÂNCIA INFANTIL.	500	UNID
22	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA COM CAPACIDADE DE 180 ML COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA CAPACIDADE 180ML, POLIESTIRENO ATÓXICO, COM OU SEM A INCORPORAÇÃO DE ADITIVOS E/OU PIGMENTOS, A CRITÉRIO DO FABRICANTE, DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE RACHADURAS E FUIROS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE, INTERNA OU EXTERNAMENTE, ISENTOS DE BORDAS AFIADAS E REBARBAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES, PESO MÍNIMO DE 162 GRAMAS, OS PACOTES NÃO DEVEM ESTAR VIOLADOS, ONDE DEVERÁ CONSTAR: NOME DO FABRICANTE, QUANTIDADE ACONDICIONADA, CAPACIDADE TOTAL, INFORMAÇÕES PARA RASTREABILIDADE, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVEM AINDA SER REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 2.500 UNIDADES, ONDE DEVERÁ CONSTAR QUANTIDADE E/OU PESO LÍQUIDO, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVE TER SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE MENCIONADO NA PORTARIA DO INMETRO Nº 453 (01/12/2010) DEVERÁ SER APOSTO OU IMPRESSO NA EMBALAGEM PLÁSTICA E NAS CAIXAS DE PAPELÃO, CONFORME PRAZOS ESTABELECIDOS NA PORTARIA MENCIONADA; OS COPOS DEVEM TRAZER GRAVADO EM RELEVO, COM CARACTERES VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL, PELO MENOS O SEGUINTE: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, ESPESSURA MÍNIMA DO PLÁSTICO 0,10 MM, MASSA MÍNIMA DO COPO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14865/2012 VERSÃO CORRIGIDA 2012. CAIXA COM 2.500 UNIDADES.	1.200	CAIXA
23	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ, CAPACIDADE DE 50ML	100	CAIXA



	<p>POLIESTIRENO ATÓXICO, COM OU SEM A INCORPORAÇÃO DE ADITIVOS E/OU PIGMENTOS, A CRITÉRIO DO FABRICANTE, DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE RACHADURAS E FUROS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE, INTERNA OU EXTERNAMENTE, ISENTOS DE BORDAS AFIADAS E REBARBAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES, PESO MÍNIMO DE 75 GRAMAS, OS PACOTES NÃO DEVEM ESTAR VIOLADOS, ONDE DEVERÁ CONSTAR: NOME DO FABRICANTE, QUANTIDADE ACONDICIONADA, CAPACIDADE TOTAL, INFORMAÇÕES PARA RASTREABILIDADE, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVEM AINDA SER REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 5.000 UNIDADES ONDE DEVERÁ CONSTAR QUANTIDADE E/OU PESO LÍQUIDO, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVE TER SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE MENCIONADO NA PORTARIA DO INMETRO Nº 453 (01/12/2010) DEVERÁ SER APOSTO OU IMPRESSO NA EMBALAGEM PLÁSTICA E NAS CAIXAS DE PAPELÃO, CONFORME PRAZOS ESTABELECIDOS NA PORTARIA MENCIONADA; OS COPOS DEVEM TRAZER GRAVADO EM RELEVO, COM CARACTERES VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL, PELO MENOS O SEGUINTE: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, ESPESSURA MÍNIMA DO PLÁSTICO 0,10 MM, MASSA MÍNIMA DO COPO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14865/2012 VERSÃO CORRIGIDA 2012. CAIXA COM 5.000 UNIDADES.</p>		
24	<p>CORDA PARA VARAL EM POLIETILENO Nº02 - ROLO COM 10 M X 2 MM</p>	200	UNID
25	<p>CREME DENTAL INFANTIL EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 50 G, SABORES TUTTI FRUTTI, MORANGO E UVA.</p>	1.000	UNID
26	<p>DESINFETANTE ESSÊNCIA VARIADA. GALÃO DE NO MÍNIMO 02 LITROS. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO 15%; CONSERVANTE: CAPOLÍMERO ACRÍLICO, CORANTE, FRAGÂNCIA, TENSOATIVO NÃO IÔNICO. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM, CERTIFICADO DO REGISTRO DO M/S ANVISA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. GALÃO DE 2 LITROS</p>	2.000	GALÃO
27	<p>DESODORIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL PRODUTO A BASE DE BENZOATO DE SÓDIO, BORATO DE SÓDIO, FRAGÂNCIA, PROPELENTES, EMULSIFICANTE, ANTIOXIDANTE. EMBALAGEM COM 360 ML NO MÍNIMO. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CERTIFICADO DO REGISTRO NO MS E ANVISA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.</p>	2.000	UNID
28	<p>DETERGENTE LÍQUIDO EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 500ML. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CONSERVANTE, CORANTE, ESPESSANTE, FRAGÂNCIA, SEQUESTRANTE E TESOATIVO ANIÔNICO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO E SULFATO DE SÓDIO. PRODUTO SUPER CONCENTRADO COM SOLUBILIDADE RÁPIDA E COMPLETA EM ÁGUA COM TENSOATIVO, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO COM INDICAÇÃO NO RÓTULO. PROPRIEDADES FÍSICO QUÍMICAS: ESTADO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO. ODOR CARACTERÍSTICO DE ACORDO COM O PADRÃO. PH ENTRA A MÍNIMA DE 5,0 E A MÁXIMA DE 12,0%. MATÉRIA</p>	6.000	FRASCO



	ATIVOS ANIÔNICOS: ENTRE A MÍNIMA DE 6,00 E A MÁXIMA DE 12,00%. FRASCO 500 ML		
29	DISPENSER INOX DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 180 À 200ML.	50	UNID
30	DISPENSER INOX DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 50 ML	50	UNID
31	DISPENSER PLASTICO DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 180 À 200ML.	50	UNID
32	DISPENSER PLASTICO DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 50 ML	50	UNID
33	ESCOVA DE NYLON PARA LAVAR ROUPAS.	200	UNID
34	ESCOVA DENTAL INFANTIL COM CERDAS DE NYLON EM DUAS CORES, ARREDONDADA E POLIDA. MEDIDAS APROXIMADAS: BASE 14,9X1,1CM/CABEÇA 1,1X2,7CM.	1000	UNID
35	ESCOVA SANITÁRIA CERDAS FLEXÍVEIS, IDEAL PARA LIMPEZA DE BORDAS DE VAZO SANITÁRIO.	200	UNID
36	ESPONJA DE AÇO PARA LIMPEZA COMPOSIÇÃO DE AÇO CARBONO; PACOTE COM 14 UNIDADES	600	PCT
37	ESPONJA DUPLA FACE PRODUTO EM ESPUMA DE POLIURETANO, MANTA DE FIBRA SINTÉTICA E ABRASIVO, MEDINDO MINIMAMENTE 100MMX70MMX18MM. POR UNIDADE	2.000	UNID
38	FILTRO DE PAPEL Nº 103 CAIXA COM 30 UNIDADES.	600	CAIXA
39	FLANELA AMARELA 100% ALGODÃO DECLARADO EM ETIQUETA DE TECIDO ADESIVA OU ROTULO, NA COR LARANJA. MEDIDAS: NO MÍNIMO 38X58CM (1ª QUALIDADE)	500	UNID
40	FOSFORO CAIXA COM APROXIMADAMENTE 40 PALITOS. MAÇO COM 10 CAIXAS.	400	MAÇO
41	FRASCO BORRIFADOR PULVERIZADOR DE 500ML, TRANSPARENTE COM GATILHO PARA USO DE ÁLCOOL, DESINFETANTES E LIMPA VIDRO.	300	UNID
42	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO - CAPACIDADE PARA 02 LITROS COM BOMBA PLÁSTICA E AMPOLA DE VIDRO, COM SISTEMA ANTI-PINGOS.	100	UNID
43	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO - CAPACIDADE PARA 1 LITRO COM BOMBA PLÁSTICA E AMPOLA DE VIDRO, COM SISTEMA ANTI-PINGOS.	100	UNID
44	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO - CAPACIDADE PARA 3 LITROS COM BOMBA PLÁSTICA E AMPOLA DE VIDRO, COM SISTEMA ANTI-PINGOS	50	UNID
45	GUARDANAPO DE PANO PARA COZINHA SEM PINTURA OU TEXTURA, MEDINDO NO MÍNIMO 50 X 60, 100% ALGODÃO.	800	UNID
46	GUARDANAPO DE PAPEL MEDINDO NO MÍNIMO 20CMX20CM. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 GUARDANAPOS.	4.000	UNID
47	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12%, BOMBONA DE 50 LITROS	10	UNID
48	INSETICIDA AEROSOL VOLUME MÍNIMO 350 ML COMPOSIÇÃO: ANTIOXIDANTE, EMULSIFICANTE, INGREDIENTES ATIVOS: PROPELENTES, SOLVENTES. INGREDIENTES ATIVOS A BASE DE PIRETRÓIDES OBS: CONSTANDO NA EMBALAGEM: DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE E AUTORIZAÇÃO DE FUNC. NO MS.	1.000	UNID



49	INSETICIDA ELÉTRICO LÍQUIDO CONTENDO APARELHO E FRASCO DE NO MÍNIMO 32 ML DURAÇÃO MÍNIMA DE 45 NOITES (8 HORAS POR NOITE), COMPOSTO POR INGREDIENTE ATIVO DA FAMÍLIA DOS PIRETRÓIDES, SOLVENTE, ANTIOXIDANTE E ESTABILIZANTE.	200	UNID
50	LENÇO UMEDECIDO DESCARTÁVEL MATERIAL FIBRAS RESISTENTES E FLEXÍVEIS, TIPO FOLHA SOLTA, APLICAÇÃO HIGIENE E LIMPEZA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 20 X 11CM, PODENDO ESSAS MEDIDAS VARIAR EM 4CM PARA MAIS OU PARA MENOS, AROMA SUAVE, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM MÍNIMO DE 48 FOLHAS, INDICAÇÃO EXPRESSA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE BEM COMO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	2.000	UNID
51	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM MÍNIMO 500 ML. DESENGORDURANTE PARA LIMPAR VIDROS OU ESPELHOS COMPOSTO POR ALCOOL, SOLVENTES, TENSOATIVOS E AGENTES ALCALINIZANTES. COM REGISTRO NA ANVISA.	100	UNID
52	LIMPADOR INSTANTÂNEO TIPO MULTI USO FRASCO COM NO MÍNIMO 500ML. COMPOSIÇÃO:ÁGUA, TENSOATIVO, SOLVENTE, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, FRAGRÂNCIA E CONSERVANTE COM REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA.	5.000	UNID
53	LIMPADOR PARA ALUMÍNIO DESENCRUSTANTE ÁCIDO A BASE DE ÁCIDOS E TENSOATIVOS, PH BAIXO (ENTRE 2 E 3), FRASCO COM NO MÍNIMO 500 ML. COM REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA	300	UNID
54	LIXEIRA PARA COPOS DESCARTÁVEIS DUPLO, ÁGUA E CAFÉ. 50 E 200 ML, CONFECCIONADA EM TERMOPLÁSTICO OU PVC RESISTENTE.	50	UNID
55	LIXEIRA PLÁSTICA PARA BANHEIRO 40 LITROS COM TAMPA COM ACIONAMENTO VIA PEDAL. COM CORPO TOTALMENTE ESTANQUE, OPACO E NÃO VAZADO, DE ALTA RESISTÊNCIA.	50	UNID
56	LUSTRA MÓVEIS MULTISUPERFÍCIES EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200ML RECOMENDADO PARA DIFERENTES TIPOS DE SUPERFÍCIES: MADEIRA, FÓRMICA, MÁRMORE E ESMALTADOS. CONTENDO EM SUA COMPOSIÇÃO: SILICONE, SOLVENTE, COADJUVANTE, ESPESSANTE, CONSERVANTE E FRAGRÂNCIA.	100	UNID
57	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAMANHO P, M, G CONFECCIONADA EM BORRACHA DE LÁTEX OU NITRILICA, MULTIUSO, PALMA E DEDOS TEXTURIZADOS, REUTILIZAVEL, ANTIALÉRGICA, FORRADA COM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE, NA COR LARANJA/AMARELA. COM CERTIFICADO NA EMBALAGEM ISO 9001 E PRAZO NA VALIDADE. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO 01 PAR.	500	UNID
58	PÁ DE LIXO GRANDE COM CABO MEDIDAS: NO MÍNIMO: PÁ 28X18 CM - CABO 70 CM (RESISTENTE).	150	UNID
59	PALHA DE AÇO Nº 02 EMBALAGEM MÍNIMA DE 25G.	200	UNID
60	PANO BRANCO PARA LIMPEZA DE CHÃO 100% ALGODÃO - 40 X 60 CM NO MÍNIMO.	1.000	UNID
61	PANO DE CHÃO GRANDE CONFECCIONADO EM SACO DE ALGODÃO TIPO XADREZ, MEDINDO NO MÍNIMO 50X80 CM	2.000	UNID
62	PANO DE CHÃO MÉDIO	2.000	UNID



	CONFECCIONADO EM SACO DE ALGODÃO TIPO XADREZ, MEDINDO NO MÍNIMO 40 CM X 65 CM.		
63	PAPEL ALUMÍNIO ROLO MEDINDO NO MÍNIMO: 30CM X 7,5M.	200	ROLO
64	PAPEL HIGIENICO ROLO DE 30MX10CM, FOLHA DUPLA NA COR BRANCA, PICOTADO, TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE, NÃO RECICLADO. UNIDADE: ROLO (ENTREGA EM FARDO OU PACOTE)	60.000	ROLO
65	PAPEL TOALHA COM 2 ROLOS COM NO MÍNIMO 55 TOALHAS CADA ROLO MEDINDO NO MÍNIMO 19 CM X 20 CM. (PACOTE COM 2 ROLOS)	400	PCT
66	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS COR CREME MEDINDO 23X21CM PACOTE COM NO MÍNIMO 1.000 FOLHAS. (PARA USO EM DISPENSER)	3.000	PCT
67	PAPEL TOALHA PACOTE COM 1.000 FOLHAS MEDINDO 23X21 CM, INTERFOLHAS COM 02 DOBRAS NA COR BRANCA 100% CELULOSE. NÃO PODE SER RECICLÁVEL. (PARA USO EM DISPENSER)	2.500	PCT
68	PORTA FILTRO PLÁSTICO PARA CAFÉ. TAMANHO 103.	100	UNID
69	PRENDEDOR DE ROUPAS DE MADEIRA PACOTE COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.	100	PCT
70	RODO COM BASE E CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 120 CM, COM NO MÍNIMO 2 BORRACHAS, BASE DE 1 METRO.	50	UNID
71	RODO PLÁSTICO DUPLO PARA CHÃO BASE DE 30CM E CABO DE MADEIRA DE 1,20M NO MÍNIMO.	200	UNID
72	RODO PLÁSTICO DUPLO PARA CHÃO BASE DE 60CM CABO DE MADEIRA DE 1,20M NO MÍNIMO.	100	UNID
73	SABÃO EM BARRA PACOTES COM NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE 200GRS. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: SABÃO DE ÁCIDO GRAXOS DE COCO/BABAÇU, SABÃO DE ÁCIDO GRAXOS DE SEBO, SABÃO DE ÁCIDO GRAXOS DE SOJA, COADJUVANTE, GLICERINA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE E ÁGUA. TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE (COM A INFORMAÇÃO CONSTANDO NA EMBALAGEM DO PRODUTO), DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, Nº DO LOTE E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO M.A/ANVISA. (PACOTE COM 5 UNIDADES)	300	PCT
74	SABÃO EM PÓ, FLORAL, BIODEGRADÁVEL, AGENTE ANTIRREDEPOSITANTE, PARA LIMPEZA EM GERAL, CAIXA COM 800 GRs. NO MÍNIMO. O PRODUTO DEVERÁ SER DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO DAS MARCAS: OMO, TIXAN OU BRILHANTE.	3.000	UNID
75	SABONETE C/ 90 GRAMAS, DIVERSAS FRAGRÂNCIAS.	100	UNID
76	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO EMBALAGEM DE 1 LITRO. (PARA DISPENSER DE BANHEIRO)	500	UNID
77	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO EMBALAGEM DE 5 LITROS. (PARA DISPENSER DE BANHEIRO)	400	UNID
78	SABONETEIRA PARA SABONETE LÍQUIDO SABONETEIRA PARA ACONDICIONAR SABONETE LÍQUIDO CREMOSO; AFIXAÇÃO EM PAREDE POR MEIO DE PARAFUSO; EM MATERIAL PLÁSTICO, COM ABERTURA FRONTAL POR MEIO DE CHAVE; ACIONAMENTO POR MEIO DE BOTÃO PLÁSTICO COM MOLA INTERNA EM	150	UNID



	METAL; RECIPIENTE INTERNO EM PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 800ML.		
79	SACO DE LIXO 100 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 50 UNIDADES	300	PCT
80	SACO DE LIXO 100 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 100 UNIDADES	300	PCT
81	SACO DE LIXO 120 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 50 UNIDADES	300	PCT
82	SACO DE LIXO 120 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 100 UNIDADES	300	PCT
83	SACO DE LIXO 150 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 50 UNIDADES	300	PCT
84	SACO DE LIXO 150 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 100 UNIDADES	300	PCT
85	SACO DE LIXO 20 LITROS P-3 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO PESADO NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES.	300	PCT
86	SACO DE LIXO 20 LITROS P-3 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO PESADO NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES.	300	PCT
87	SACO DE LIXO 60 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO. PESADO. NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES.	500	PCT
88	SACO DE LIXO 60 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO. PESADO. NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES.	500	PCT
89	SACO DE LIXO HOSPITALAR - BRANCO LEITOSO - 20 LITROS. P-3 SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABTN. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 100 SACOS.	100	PCT
90	SACO DE LIXO HOSPITALAR - BRANCO LEITOSO - 60 LITROS. P-5 SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABTN. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 100 SACOS.	100	PCT
91	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO 100 LITROS. P-5, SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABTN. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 100 SACOS.	100	PCT
92	SACO ENXUGÃO DE NO MÍNIMO 40 X 70 CM DE TECIDO NO MINIMO 85% ALGODÃO. POR UNIDADE	500	UNID
93	SACO PARA FREEZER DE 03 KG ROLO COM 100 UNIDADES	100	ROLO
94	SACO PARA FREEZER DE 05 KG COM 100 UNIDADES	200	ROLO
95	SACO PLASTICO MEDIDAS 40CM X 60CM PARA EMBALAR NO MINIMO 8 KG, PACOTE DE 1KG.	050	PCT



96	SAPONÁCEO MULTIUSO CREMOSO EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 250 ML COMPOSTO POR TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ABRASIVOS SUAVES, ALCALINIZANTE E FRAGRÂNCIA.	200	UNID
97	SAPONÁCEO MULTIUSO EM PÓ EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 300 G COMPOSTO POR TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ABRASIVOS SUAVES, ALCALINIZANTE E FRAGRÂNCIA	100	UNID
98	SHAMPOO INFANTIL; EMBALAGEM NO MÍNIMO 350 ML; FÓRMULA SUAVE QUE NÃO IRRITA OS OLHOS; CONTEM PH NEUTRO; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, FORMULADO DE MANEIRA QUE POSSA MINIMIZAR O POSSÍVEL SURGIMENTO DE ALERGIA; FRAGRÂNCIA INFANTIL; PODENDO SER UTILIZADO DIARIAMENTE EM TODOS OS TIPOS DE CABELOS.	800	UNID
99	SUPORTE ORGANIZADOR DE PIA 3 EM 1 COM CAPACIDADE PARA 1 FRASCO DE DETERGENTE, 1 ESPONJA E 1 SABÃO EM BARRA. MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	100	UND
100	TOALHA DE ROSTO DE TECIDO. BRANCA. TAMANHO MÍNIMO DE 50 CM X 70 CM, ALGODÃO.	200	UNID
101	TOALHA DE ROSTO DE TECIDO. CORES DIVERSAS TAMANHO MÍNIMO DE 50 CM X 70 CM, ALGODÃO.	200	UNID
102	TOUCA DESCARTÁVEL, TIPO SANFONADA (PLISSADA), COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM TNT (TECIDO NÃO TECIDO), COMPOSTO POR POLIPROPILENO, DE USO ÚNICO E NÃO ESTÉRIL. EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES, EM INVÓLUCRO QUE GARANTA A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO USO.	10	PCT
103	VASSOURA COM CARREIRA DE PELO SINTÉTICO. DE NO MÍNIMO 30 CM DE COMPRIMENTO, COM SISTEMA DE ROSCA E TRAVAMENTO COM PREGOS OU PARAFUSOS; CABO MEDINDO NO MÍNIMO 1,20 METROS.	50	UNID
104	VASSOURA DE NYLON PRODUTO COM BASE PLÁSTICA E CERDAS MÉDIAS E MACIAS EM FORMA DE LEQUE PARA TODOS OS TIPOS DE PISOS, COM CABO EM AÇO REVESTIDO EM PLÁSTICO ROSQUEÁVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 120CM.	500	UNID
105	VASSOURA LIMPA TETO COM CABO DE NO MÍNIMO 3 METROS.	50	UNID
106	VASSOURA TIPO CAIPIRA CONFECCIONADA EM CAPIM TIPO VASSOURA. CABO DE MADEIRA COM MÍNIMO 120 CM. TAMANHO: 40 CM COMPRIMENTO X 35 CM LARGURA.	800	UNID
107	VASSOURÃO ESCOVÃO GARI DE NO MÍNIMO DE 40CM LARGURA, FABRICADO COM FIO PET, COM CABO DE MADEIRA, DEVIDAMENTE ENCABADO COM ALTA RESISTÊNCIA.	030	UNID

5 - FORMA DE FORNECIMENTO, CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto deverá ser fornecido em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como em observância às condições estabelecidas no instrumento convocatório, na Ata de Registro de Preços e na proposta apresentada, garantindo a adequação, qualidade e regularidade do fornecimento.



5.2. A entrega do objeto será procedida, conforme as necessidades do CONTRATANTE, em atendimento às requisições expedidas pelo órgão requisitante.

5.2.1. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA (e-mail, WhatsApp, etc...).

5.3 Os materiais objeto desta licitação **serão fornecidos de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração Municipal,** mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo setor competente. **As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Municipal, localizado na Rua Augusto Chiesa, nº 504, Centro, Monte Aprazível/SP, CEP 15150-043,** ou em outro local previamente indicado pela Administração.

4.4 As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente da Administração Municipal, compreendido **das 8h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00,** para possibilitar o adequado recebimento e conferência dos materiais por servidor responsável. A realização de entregas fora desses períodos poderá caracterizar descumprimento das obrigações contratuais.

5.5 O **prazo máximo para entrega dos materiais será de até 07 (sete) dias úteis,** contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada. As solicitações poderão ser encaminhadas por quaisquer meios que permitam a comprovação do seu recebimento, inclusive correio eletrônico, sistema eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio formal de comunicação adotado pela Administração.

5.6 Os produtos fornecidos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e armazenamento, observando-se as especificações técnicas, as recomendações do fabricante, os prazos de validade aplicáveis e as normas sanitárias e regulamentares vigentes.

5.7 A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos, certificados, fichas técnicas, laudos ou demais informações necessárias para comprovar a qualidade, procedência e conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas no processo licitatório.

5.8 Correrão integralmente por conta da contratada todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo embalagem, carregamento, transporte, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

5.9. O objeto da licitação será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do produto com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.10. O objeto somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades o **CONTRATANTE** poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

6 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 São obrigações do CONTRATANTE sem que a elas se limite:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a ARP e seus anexos;

6.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato/Ata e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;



- 6.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dos valores correspondentes à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato/Ata/Ata;
- 6.1.5.** Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento do Contrato/Ata/Ata;
- 6.1.6.** Permitir o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** ao local determinado para a execução do objeto.
- 6.2.** São obrigações da **CONTRATADA** sem que a elas se limite:
- 6.2.1** Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato/Ata e seus anexos, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 6.2.2.** Manter, durante toda a execução do Contrato/Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 6.2.3.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.2.4.** Não contratar, durante a vigência do Contrato/Ata/Ata, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do Contrato/Ata, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 6.2.5.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato/Ata;
- 6.2.6.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 6.2.7.** Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato/Ata;
- 6.2.8.** Comunicar ao Fiscal do Contrato/Ata e/ou Gestor do Contrato/Ata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer irregularidades na execução do objeto;
- 6.2.9.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na contratação, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.2.10.** Arcar com todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- 6.2.11.** Atender toda a legislação (no âmbito federal, estadual e municipal), durante a execução do objeto do Contrato/Ata;
- 6.2.12.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.2.13.** Em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE** e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**;
- 6.2.14.** Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças na forma de entrega que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere;
- 6.2.15.** Reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato/Ata, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega do objeto.

7 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1. Os pagamentos serão efetuados de acordo com a quantidade solicitada e entregue, após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhada para tramitação do processo de instrução e liquidação junto ao Setor de Contabilidade, para posterior envio ao Setor de Tesouraria, que efetuará o pagamento no prazo de **até 30 (trinta) dias**.

7.1.1. No valor da Nota Fiscal deverão estar inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,



previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2. Em conformidade com as instruções serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim os Impostos sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), em todos os pagamentos efetuados pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, conforme Instrução Normativa RFB 1234/2012, suas posteriores alterações ou outra norma que venha substituí-la.

7.2.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, conforme tabela de retenção constante na referida Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil.

7.2.2. O valor a ser deduzido deverá ser informado pela própria CONTRATADA mediante a aplicação, sobre o valor do documento fiscal, da alíquota respectiva à retenção efetuada.

7.2.3. Havendo erro ou falta de informação no documento fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, qualquer ônus ao contratante. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

7.2.4. Nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança dos bens ou dos serviços que contenham código de barras, deverão ser informados o valor bruto do preço do bem fornecido ou do serviço prestado e o valor do IR a ser retido na operação, devendo o pagamento ser efetuado pelo valor líquido deduzido da respectiva retenção.

7.2.5. Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto neste item não impedirá que a autoridade fiscal do município efetue o lançamento do Imposto de Renda a ser retido na Fonte, com a alíquota correspondente.

7.2.6. Em caso de descumprimento do dever de retenção e destinação à Fazenda Pública Municipal, a Procuradoria Jurídica Municipal será imediatamente comunicada do fato, para adoção de medidas quanto à apuração de eventuais responsabilidades.

7.3. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao objeto do presente Termo.

7.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

7.5. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas.

7.6. A licitante vencedora não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, nos casos de possíveis atrasos de pagamentos, nos termos previstos no artigo 137, § 2º, IV, da Lei Federal 14.133/2021, bem como durante eventual análise de reequilíbrio econômico-financeiro.

7.7. No caso de eventual prorrogação do prazo de vigência, os preços constantes da ata serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 12 (doze) meses, contados da data da pesquisa de mercado.

8 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DA ATA:

8.1. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua formalização, podendo ser prorrogada por igual período, renovando-se os quantitativos inicialmente licitados, desde que comprovada sua viabilidade, nos termos do artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021.

8.1.1 Na hipótese de existência de Ata anterior com o mesmo objeto ainda vigente, a presente Ata iniciará sua vigência no primeiro dia útil subsequente ao término da ata anterior, independentemente da data de sua formalização.

8.2. Havendo necessidade de alteração do prazo vigência da presente ata, será celebrado Termo Aditivo, observado o prazo máximo de vigência estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. A prorrogação será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste.

9 - DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA

9.1. Menor Preço Unitário por item.



10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 13/2026 a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato/Ata;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato/Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato/Ata;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Contrato/Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato/Ata;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato/Ata;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.1.1.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do Contrato/Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.1.2. Multa:

10.1.1.2.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

10.1.1.2.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o **CONTRATANTE** a promover a rescisão do Contrato/Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

10.1.1.2.2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato/Ata, no caso de inexecução total do objeto.

10.1.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato/Ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato/Ata, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2. A aplicação das sanções previstas no Contrato/Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

10.3. Todas as sanções previstas no Contrato/Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e Contrato/Atas da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato/Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão designados o Gestor e o Fiscal da Ata, que serão responsáveis por acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. Serão gestores do (s) Contrato/Ata (s) Administrativo (s) oriundo deste certame os senhores Wellington Fernando Mestrinari Fernandes, Clóvis Estevam dos Santos, Ailton Alves da Rocha e Thiago Zangaro, membros da Comissão de Gestão, Controle e Gerenciamento de Contrato/Atas.

11.2.1. São funções dos gestores:

I) Fiscalizar o cumprimento de atas com fornecedores, envolvendo as atas de compra, aluguéis, manutenções, serviços e todos os documentos relacionados;

II) Fiscalizar o controle de vigências, reajustes e eventos, com ação proativa, informando os setores envolvidos todas as pendências e ocorrências;

III) Opinar pela viabilidade administrativa pela criação de aditivos remetendo todas as informações para crivo jurídico e posterior despacho do executivo;

IV) Fiscalizar o cadastro das atas juntos aos sistemas informatizados disponibilizados pela administração e os obrigatórios por lei;

V) Fazer cumprir os cadastros de atas no portal da transparência da prefeitura;

VI) Gerar agenda proativa de ações relacionadas a remessa e recepção de atas seja objetivando assinatura contratual ou qualquer similaridade.

11.3. Será Fiscal da ata o Sr. Benedito Aparecido Ribeiro Correa, Chefe de Gabinete.

11.4. A Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



11.8. Após a assinatura da ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

11.9. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

11.10. O fiscal técnico da ata acompanhará a execução da ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.10.1. O fiscal técnico da ata anotará no histórico de gerenciamento da ata todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.10.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ata emitirá notificações para a correção da execução da ata, determinando prazo para a correção.

11.10.3. O fiscal técnico da ata informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprazadas, o fiscal técnico da ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da ata.

11.10.5. O fiscal técnico da ata comunicará ao gestor da ata, em tempo hábil, o término da ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

11.11. O fiscal administrativo da ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

11.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor da ata

11.12. O gestor da ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.12.1. O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.12.2. O gestor da ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.12.3. O gestor da ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.12.4. O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.12.5. O gestor da ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



11.12.6. O gestor da ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de atas para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da ata.

12 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Os recursos orçamentários necessários à execução do objeto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias já consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Caberá ao fiscal e/ou ao gestor da Ata de Registro de preços decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.



ANEXO II – MODELO DE PROCURAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026**

Prefeitura de Monte Aprazível/SP
Ref. : Procuração

A EMPRESA, inscrito(a) no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, Sr.(Sra.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº....., NOMEIA e CONSTITUI seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º, a quem confere amplos poderes para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Monte Aprazível, inclusive com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da Licitação acima identificada, apresentar proposta e declaração de atendimento dos requisitos de habilitação em nome da Outorgante, formular verbalmentenovas propostas de preços na(s) etapa(s) de lances, desistir expressamente da interposição de recurso administrativo, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, interpor recursos administrativo, assinar a Ata da Sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos necessários e pertinentes ao certame em nome da Outorgante, inclusive assinar contratos e demais compromissos relativos à licitação mencionada.
Por ser verdade, firma o presente, para que produza os efeitos legais.

..... de..... de.....

(Local e data)

.....
(nome e assinatura do representante legal)
ORIGINAL COM FIRMA RECONHECIDA



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026**

À Prefeitura do Município de Monte Aprazível/SP

_____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, portador de Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara que, após analisar as condições desta licitação, com as quais concorda, propõe executar os serviços objeto do PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/____, PREGÃO ELETRONICO nº ____/____, pelo valor global de R\$ _____, (_____), conforme detalhamento que segue no quadro abaixo:-.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTE	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA PARA LIMPEZA A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,00% P/P E 2,5% P/P. PRODUTO BIODEGRADÁVEL, BACTERICIDA E GERMINICIDA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR RÓTULO INDICANDO DATA DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, MARCA, PRINCÍPIO ATIVO E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO E CONTEÚDO LÍQUIDO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PLÁSTICO RESISTENTE (QUE NÃO ESTOURE NO EMPILHAMENTO E DE ACORDO COM (ABNT/NBR), DE MATERIAL FLEXÍVEL E RESISTENTE, COM NO MÍNIMO 1 LITRO. DEVERÁ CONTER ESTAMPADO NA EMBALAGEM REGISTRO DO M/S. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1 LITRO.	4.000	LITRO		
2	ÁLCOOL EM GEL 70% PARA DESINFECÇÃO, COM AÇÃO ANTIBACTERIANA, FRASCO COM 500GRS. DEVERÁ CONTER ESTAMPADO NA EMBALAGEM: DATA DE VALIDADE DO PRODUTO, REGISTRO DO INMETRO; COM REGISTRO DO M/S. VOLUME MÍNIMO 500ML	500	FRASCO		
3	ÁLCOOL EM LÍQUIDO 70% COM AÇÃO ANTIBACTERIANA EMBALAGEM DE 01 LITRO; DEVERÁ CONTER ESTAMPADO NA EMBALAGEM: DATA DE VALIDADE DO PRODUTO, REGISTRO DO INMETRO.	2.000	LITRO		
4	ÁLCOOL ETÍLICO PARA LIMPEZA COM TEOR 46° INPM HIDRATADO, USO DOMÉSTICO, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 01 LITRO, VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, COM REGISTRO NA ANVISA.	2.000	LITRO		



5	ALGICIDA CHOQUE PARA PISCINA, ELIMINA A PRESENÇA DE ALGAS CAUSADORAS DE ÁGUA VERDE E TURVA, FRASCO 1L.	100	LITRO		
6	AMACIANTE DE ROUPAS, GALÃO DE NO MÍNIMO 02 LITROS. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CLORETO DIALQUI DIMETIL, AMÔNIO; COADJUVANTES, CONSERVANTES, DILUENTE E ESPUMA, FRAGÂNCIA, ESTADO LIQUIDO NA COR AZUL. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CERTIFICADO DO REGISTRO NO MS E ANVISA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	1.000	GALÃO		
7	BALDE PLÁSTICO CONFECCIONADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO RESISTENTE OU POLIESTIRENO RESISTENTE, NÃO RECICLADO, ATÓXICO, CAPACIDADE PARA DE NO MÍNIMO DE 20 LITROS, O BALDE DEVE SER LISO DE UMA ÚNICA COR, DEVEM SER MATERIAL PLÁSTICO REFORÇADO, COM ALÇA EM METAL GALVANIZADO.	80	UNID		
8	BALDE PLÁSTICO CONFECCIONADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO RESISTENTE OU POLIESTIRENO RESISTENTE. NÃO RECICLADO, ATÓXICO, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 08 LITROS, O BALDE DEVE SER LISO DE UMA ÚNICA COR, DEVE SER MATERIAL PLÁSTICO REFORÇADO COM ALÇA EM METAL GALVANIZADO.	80	UNID		
9	CAIXA PLÁSTICA FABRICAÇÃO EM POLIPROPILENO, BMC OU SMC; ARMAZENADOR DE BRINQUEDOS. MÍNIMO 70L INCOLOR; EMPILHÁVEL; COM TAMPA HERMÉTICA DO MESMO MATERIAL	100	UNID		
10	CAIXA PLASTICA DE COMPRA PARA SUPERMERCADOS, TIPO CEASA/AGRICOLA, RECIPIENTE VAZADO DE ALTA DURABILIDADE FEITA EM POLIPROPILENO OU POLIETILENO, COMPORTANDO ENTRE 20 E 30 KG, MEDIDAS APROXIMADAS DE 55CM COMPRIMENTO X 36 CM LARGURA X ALTURA: 31CM X 36CM X 31 CM (CORES DIVERSAS). EMPILHÁVEL	100	UNID		
11	CAIXA TÉRMICA COM RODAS LARGAS DE SUAVE ROLAGEM, POSSUINDO ALÇA RETRÁTIL COM TRÊS REGULAGENS DE ALTURA DE NO MINIMO 42 LITROS.	20	UNID		
12	CAIXA TÉRMICA, 18 LITROS, COM ALÇA, MATERIAL POLIPROPILENO.	100	UNID		
13	CERA LIQUIDA INCOLOR ACRÍLICA COM BRILHO EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1L. BRILHO INSTANTÂNEO, DURADOURO, ANTIDERRAPANTE. CONTENDO EM SUA	100	UND		



	COMPOSIÇÃO: RESINA ACRÍLICA METALIZADA, AGENTE NIVELADOR, AGENTE FORMADOR DE FILME PLASTIFICANTE, CONSERVANTE E ESSÊNCIA.				
14	CESTO PARA LIXO COM PEDAL ESTRUTURA EXTERNA EM METAL, NA COR BRANCA; COMPARTIMENTO INTERNO REMOVÍVEL EM MATERIAL PLÁSTICO DE VOLUME APROXIMADO 11 LITROS; POSSUIR PEDAL REFORÇADO, MECANISMO DE ACIONAMENTO DA TAMPA EM METAL EMBUTIDO; POSSUIR ALÇA PARA MANUSEIO EM METAL.	150	UNID		
15	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO PEQUENO, TELADO, MÍNIMO DE 10 LITROS.	150	UNID		
16	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM NO MÍNIMO 50 LITROS.	100	UNID		
17	CESTO PLÁSTICO PARA LIXO COM TAMPA DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 LITROS.	50	UNID		
18	CLORO GRANULADO MULTIPLA AÇÃO 3 EM 1, DESINFETANTE, CLARIFICANTE E ALGISTÁTICO BALDE DE MÍNIMO 10KG	150	BALDE		
19	COADOR DE PANO PARA CAFÉ DIAMETRO 15 E 20 CM – COMPRIMENTO APROXIMADO 30 CM, COM CABO ARAME E PVC.	100	UNID		
20	COADOR PERMANENTE PARA CAFÉ PARA SER USADO NO PORTA FILTRO, CONFECCIONADO EM TNT (TECIDO NÃO TECIDO) TAMANHO 103. EMBALAGEM COM 01 UNIDADE.	150	UNID		
21	CONDICIONADOR INFANTIL UNISSEX EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 350 ML; FORMULA SUAVE CONTEM PH NEUTRO; TESTADOS DERMATOLOGICAMENTE; PODENDO SER UTILIZADO DIARIAMENTE EM TODOS OS TIPOS DE CABELO. FRAGRÂNCIA INFANTIL.	500	UNID		
22	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA COM CAPACIDADE DE 180 ML COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA CAPACIDADE 180ML, POLIESTIRENO ATÓXICO, COM OU SEM A INCORPORAÇÃO DE ADITIVOS E/OU PIGMENTOS, A CRITÉRIO DO FABRICANTE, DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE RACHADURAS E FUIROS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE, INTERNA OU EXTERNAMENTE, ISENTOS DE BORDAS AFIADAS E REBARBAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES, PESO MÍNIMO DE 162 GRAMAS, OS PACOTES NÃO DEVEM ESTAR VIOLADOS, ONDE DEVERÁ CONSTAR: NOME DO FABRICANTE, QUANTIDADE ACONDICIONADA, CAPACIDADE TOTAL, INFORMAÇÕES PARA RASTREABILIDADE, BEM COMO DEMAIS	1.200	CAIXA		



	<p>INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVEM AINDA SER REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 2.500 UNIDADES, ONDE DEVERÁ CONSTAR QUANTIDADE E/OU PESO LÍQUIDO, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVE TER SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE MENCIONADO NA PORTARIA DO INMETRO Nº 453 (01/12/2010) DEVERÁ SER APOSTO OU IMPRESSO NA EMBALAGEM PLÁSTICA E NAS CAIXAS DE PAPELÃO, CONFORME PRAZOS ESTABELECIDOS NA PORTARIA MENCIONADA; OS COPOS DEVEM TRAZER GRAVADO EM RELEVO, COM CARACTERES VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL, PELO MENOS O SEGUINTE: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, ESPESSURA MÍNIMA DO PLÁSTICO 0,10 MM, MASSA MÍNIMA DO COPO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14865/2012 VERSÃO CORRIGIDA 2012. CAIXA COM 2.500 UNIDADES.</p>				
23	<p>COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ, CAPACIDADE DE 50ML POLIESTIRENO ATÓXICO, COM OU SEM A INCORPORAÇÃO DE ADITIVOS E/OU PIGMENTOS, A CRITÉRIO DO FABRICANTE, DEVEM SER HOMOGÊNEOS, ISENTOS DE RACHADURAS E FUSOS, NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE, INTERNA OU EXTERNAMENTE, ISENTOS DE BORDAS AFIADAS E REBARBAS, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES, PESO MÍNIMO DE 75 GRAMAS, OS PACOTES NÃO DEVEM ESTAR VIOLADOS, ONDE DEVERÁ CONSTAR: NOME DO FABRICANTE, QUANTIDADE ACONDICIONADA, CAPACIDADE TOTAL, INFORMAÇÕES PARA RASTREABILIDADE, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVEM AINDA SER REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM 5.000 UNIDADES ONDE DEVERÁ CONSTAR QUANTIDADE E/OU PESO LÍQUIDO, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. DEVE TER SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE MENCIONADO NA PORTARIA DO INMETRO Nº 453 (01/12/2010) DEVERÁ SER APOSTO OU IMPRESSO NA EMBALAGEM PLÁSTICA E NAS CAIXAS DE PAPELÃO, CONFORME PRAZOS ESTABELECIDOS NA PORTARIA MENCIONADA; OS COPOS DEVEM</p>	100	CAIXA		



	TRAZER GRAVADO EM RELEVO, COM CARACTERES VISÍVEIS E DE FORMA INDELÉVEL, PELO MENOS O SEGUINTE: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO, SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, ESPESSURA MÍNIMA DO PLÁSTICO 0,10 MM, MASSA MÍNIMA DO COPO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14865/2012 VERSÃO CORRIGIDA 2012. CAIXA COM 5.000 UNIDADES.				
24	CORDA PARA VARAL EM POLIETILENO Nº02 - ROLO COM 10 M X 2 MM	200	UNID		
25	CREME DENTAL INFANTIL EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 50 G, SABORES TUTTI FRUTTI, MORANGO E UVA.	1.000	UNID		
26	DESINFETANTE ESSÊNCIA VARIADA. GALÃO DE NO MÍNIMO 02 LITROS. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO 15%; CONSERVANTE: CAPOLÍMERO ACRÍLICO, CORANTE, FRAGÂNCIA, TENSOATIVO NÃO IÔNICO. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM, CERTIFICADO DO REGISTRO DO M/S ANVISA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. GALÃO DE 2 LITROS	2.000	GALÃO		
27	DESODORIZADOR DE AMBIENTE AEROSOL PRODUTO A BASE DE BENZOATO DE SÓDIO, BORATO DE SÓDIO, FRAGÂNCIA, PROPELENTES, EMULSIFICANTE, ANTIOXIDANTE. EMBALAGEM COM 360 ML NO MÍNIMO. DEVERÁ CONTER NA EMBALAGEM: CERTIFICADO DO REGISTRO NO MS E ANVISA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE.	2.000	UNID		
28	DETERGENTE LÍQUIDO EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 500ML. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CONSERVANTE, CORANTE, ESPESSANTE, FRAGÂNCIA, SEQUESTRANTE E TESOATIVO ANIÔNICO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO E SULFATO DE SÓDIO. PRODUTO SUPER CONCENTRADO COM SOLUBILIDADE RÁPIDA E COMPLETA EM ÁGUA COM TENSOATIVO, BIODEGRADÁVEL, DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO COM INDICAÇÃO NO RÓTULO. PROPRIEDADES FÍSICO QUÍMICAS: ESTADO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO. ODOR CARACTERÍSTICO DE ACORDO COM O PADRÃO. PH ENTRA A MÍNIMA DE 5,0 E A MÁXIMA DE 12,0%. MATÉRIA ATIVOS ANIÔNICOS: ENTRE A MÍNIMA DE 6,00 E A MÁXIMA DE 12,00%. FRASCO 500 ML	6.000	FRASCO		



29	DISPENSER INOX DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 180 À 200ML.	50	UNID		
30	DISPENSER INOX DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 50 ML	50	UNID		
31	DISPENSER PLÁSTICO DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 180 À 200ML.	50	UNID		
32	DISPENSER PLÁSTICO DE PAREDE PORTA COPOS DESCARTÁVEL 50 ML	50	UNID		
33	ESCOVA DE NYLON PARA LAVAR ROUPAS.	200	UNID		
34	ESCOVA DENTAL INFANTIL COM CERDAS DE NYLON EM DUAS CORES, ARREDONDADA E POLIDA. MEDIDAS APROXIMADAS: BASE 14,9X1,1CM/CABEÇA 1,1X2,7CM.	1000	UNID		
35	ESCOVA SANITÁRIA CERDAS FLEXÍVEIS, IDEAL PARA LIMPEZA DE BORDAS DE VAZO SANITÁRIO.	200	UNID		
36	ESPONJA DE AÇO PARA LIMPEZA COMPOSIÇÃO DE AÇO CARBONO; PACOTE COM 14 UNIDADES	600	PCT		
37	ESPONJA DUPLA FACE PRODUTO EM ESPUMA DE POLIURETANO, MANTA DE FIBRA SINTÉTICA E ABRASIVO, MEDINDO MINIMAMENTE 100MMX70MMX18MM. POR UNIDADE	2.000	UNID		
38	FILTRO DE PAPEL Nº 103 CAIXA COM 30 UNIDADES.	600	CAIXA		
39	FLANELA AMARELA 100% ALGODÃO DECLARADO EM ETIQUETA DE TECIDO ADESIVA OU ROTULO, NA COR LARANJA. MEDIDAS: NO MÍNIMO 38X58CM (1ª QUALIDADE)	500	UNID		
40	FOSFORO CAIXA COM APROXIMADAMENTE 40 PALITOS. MAÇO COM 10 CAIXAS.	400	MAÇO		
41	FRASCO BORRIFADOR PULVERIZADOR DE 500ML, TRANSPARENTE COM GATILHO PARA USO DE ÁLCOOL, DESINFETANTES E LIMPA VIDRO.	300	UNID		
42	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO - CAPACIDADE PARA 02 LITROS COM BOMBA PLÁSTICA E AMPOLA DE VIDRO, COM SISTEMA ANTI-PINGOS.	100	UNID		
43	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO - CAPACIDADE PARA 1 LITRO COM BOMBA PLÁSTICA E AMPOLA DE VIDRO, COM SISTEMA ANTI-PINGOS.	100	UNID		
44	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO - CAPACIDADE PARA 3 LITROS COM BOMBA PLÁSTICA E AMPOLA DE VIDRO, COM SISTEMA ANTI-PINGOS	50	UNID		
45	GUARDANAPO DE PAÑO PARA COZINHA	800	UNID		



	SEM PINTURA OU TEXTURA, MEDINDO NO MÍNIMO 50 X 60, 100% ALGODÃO.				
46	GUARDANAPO DE PAPEL MEDINDO NO MÍNIMO 20CMX20CM. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 50 GUARDANAPOS.	4.000	UNID		
47	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12%, BOMBONA DE 50 LITROS	10	UNID		
48	INSETICIDA AEROSOL VOLUME MÍNIMO 350 ML COMPOSIÇÃO: ANTIOXIDANTE, EMULSIFICANTE, INGREDIENTES ATIVOS: PROPELENTES, SOLVENTES. INGREDIENTES ATIVOS A BASE DE PIRETRÓIDES OBS: CONSTANDO NA EMBALAGEM: DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, Nº DO LOTE E AUTORIZAÇÃO DE FUNC. NO MS.	1.000	UNID		
49	INSETICIDA ELÉTRICO LÍQUIDO CONTENDO APARELHO E FRASCO DE NO MÍNIMO 32 ML DURAÇÃO MÍNIMA DE 45 NOITES (8 HORAS POR NOITE), COMPOSTO POR INGREDIENTE ATIVO DA FAMÍLIA DOS PIRETRÓIDES, SOLVENTE, ANTIOXIDANTE E ESTABILIZANTE.	200	UNID		
50	LENÇO UMEDECIDO DESCARTÁVEL MATERIAL FIBRAS RESISTENTES E FLEXÍVEIS, TIPO FOLHA SOLTA, APLICAÇÃO HIGIENE E LIMPEZA, COR BRANCA, DIMENSÕES: 20 X 11CM, PODENDO ESSAS MEDIDAS VARIAR EM 4CM PARA MAIS OU PARA MENOS, AROMA SUAVE, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM MÍNIMO DE 48 FOLHAS, INDICAÇÃO EXPRESSA DE COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE BEM COMO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	2.000	UNID		
51	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM MÍNIMO 500 ML. DESENGORDURANTE PARA LIMPAR VIDROS OU ESPELHOS COMPOSTO POR ALCOOL, SOLVENTES, TENSOATIVOS E AGENTES ALCALINIZANTES. COM REGISTRO NA ANVISA.	100	UNID		
52	LIMPADOR INSTANTÂNEO TIPO MULTI USO FRASCO COM NO MÍNIMO 500ML. COMPOSIÇÃO:ÁGUA, TENSOATIVO, SOLVENTE, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, FRAGRÂNCIA E CONSERVANTE COM REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA.	5.000	UNID		
53	LIMPADOR PARA ALUMÍNIO DESENCRUSTANTE ÁCIDO A BASE DE ÁCIDOS E TENSOATIVOS, PH BAIXO (ENTRE 2 E 3), FRASCO COM NO MÍNIMO 500 ML. COM REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO NA ANVISA	300	UNID		



54	LIXEIRA PARA COPOS DESCARTÁVEIS DUPLO, ÁGUA E CAFÉ. 50 E 200 ML, CONFECCIONADA EM TERMOPLÁSTICO OU PVC RESISTENTE.	50	UNID		
55	LIXEIRA PLÁSTICA PARA BANHEIRO 40 LITROS COM TAMPA COM ACIONAMENTO VIA PEDAL. COM CORPO TOTALMENTE ESTANQUE, OPACO E NÃO VAZADO, DE ALTA RESISTÊNCIA.	50	UNID		
56	LUSTRA MÓVEIS MULTISUPERFÍCIES EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200ML RECOMENDADO PARA DIFERENTES TIPOS DE SUPERFÍCIES: MADEIRA, FÓRMICA, MÁRMORE E ESMALTADOS. CONTENDO EM SUA COMPOSIÇÃO: SILICONE, SOLVENTE, COADJUVANTE, ESPESSANTE, CONSERVANTE E FRAGRÂNCIA.	100	UNID		
57	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAMANHO P, M, G CONFECCIONADA EM BORRACHA DE LÁTEX OU NITRILICA, MULTIUSO, PALMA E DEDOS TEXTURIZADOS, REUTILIZAVEL, ANTIALÉRGICA, FORRADA COM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE, NA COR LARANJA/AMARELA. COM CERTIFICADO NA EMBALAGEM ISO 9001 E PRAZO NA VALIDADE. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO 01 PAR.	500	UNID		
58	PÁ DE LIXO GRANDE COM CABO MEDIDAS: NO MÍNIMO: PÁ 28X18 CM - CABO 70 CM (RESISTENTE).	150	UNID		
59	PALHA DE AÇO Nº 02 EMBALAGEM MÍNIMA DE 25G.	200	UNID		
60	PANO BRANCO PARA LIMPEZA DE CHÃO 100% ALGODÃO - 40 X 60 CM NO MÍNIMO.	1.000	UNID		
61	PANO DE CHÃO GRANDE CONFECCIONADO EM SACO DE ALGODÃO TIPO XADREZ, MEDINDO NO MÍNIMO 50X80 CM	2.000	UNID		
62	PANO DE CHÃO MÉDIO CONFECCIONADO EM SACO DE ALGODÃO TIPO XADREZ, MEDINDO NO MÍNIMO 40 CM X 65 CM.	2.000	UNID		
63	PAPEL ALUMÍNIO ROLO MEDINDO NO MÍNIMO: 30CM X 7,5M.	200	ROLO		
64	PAPEL HIGIENICO ROLO DE 30MX10CM, FOLHA DUPLA NA COR BRANCA, PICOTADO, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, NÃO RECICLADO. UNIDADE: ROLO (ENTREGA EM FARDO OU PACOTE)	60.000	ROLO		
65	PAPEL TOALHA COM 2 ROLOS COM NO MÍNIMO 55 TOALHAS CADA ROLO MEDINDO NO MÍNIMO 19 CM X 20 CM. (PACOTE COM 2 ROLOS)	400	PCT		



66	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS COR CREME MEDINDO 23X21CM PACOTE COM NO MÍNIMO 1.000 FOLHAS. (PARA USO EM DISPENSER)	3.000	PCT		
67	PAPEL TOALHA PACOTE COM 1.000 FOLHAS MEDINDO 23X21 CM, INTERFOLHAS COM 02 DOBRAS NA COR BRANCA 100% CELULOSE. NÃO PODE SER RECICLÁVEL. (PARA USO EM DISPENSER)	2.500	PCT		
68	PORTA FILTRO PLÁSTICO PARA CAFÉ. TAMANHO 103.	100	UNID		
69	PRENDEDOR DE ROUPAS DE MADEIRA PACOTE COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.	100	PCT		
70	RODO COM BASE E CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 120 CM, COM NO MÍNIMO 2 BORRACHAS, BASE DE 1 METRO.	50	UNID		
71	RODO PLÁSTICO DUPLO PARA CHÃO BASE DE 30CM E CABO DE MADEIRA DE 1,20M NO MÍNIMO.	200	UNID		
72	RODO PLÁSTICO DUPLO PARA CHÃO BASE DE 60CM CABO DE MADEIRA DE 1,20M NO MÍNIMO.	100	UNID		
73	SABÃO EM BARRA PACOTES COM NO MÍNIMO 05 UNIDADES DE 200GRS. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: SABÃO DE ÁCIDO GRAXOS DE COCO/BABAÇU, SABÃO DE ÁCIDO GRAXOS DE SEBO, SABÃO DE ÁCIDO GRAXOS DE SOJA, COADJUVANTE, GLICERINA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE E ÁGUA. TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE (COM A INFORMAÇÃO CONSTANDO NA EMBALAGEM DO PRODUTO), DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, Nº DO LOTE E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO M.A/ANVISA. (PACOTE COM 5 UNIDADES)	300	PCT		
74	SABÃO EM PÓ, FLORAL, BIODEGRADÁVEL, AGENTE ANTIRREDEPOSITANTE, PARA LIMPEZA EM GERAL, CAIXA COM 800 GRS. NO MÍNIMO. O PRODUTO DEVERÁ SER DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO DAS MARCAS: OMO, TIXAN OU BRILHANTE.	3.000	UNID		
75	SABONETE C/ 90 GRAMAS, DIVERSAS FRAGRÂNCIAS.	100	UNID		
76	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO EMBALAGEM DE 1 LITRO. (PARA DISPENSER DE BANHEIRO)	500	UNID		
77	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO EMBALAGEM DE 5 LITROS. (PARA DISPENSER DE BANHEIRO)	400	UNID		
78	SABONETEIRA PARA SABONETE LÍQUIDO SABONETEIRA PARA ACONDICIONAR SABONETE LÍQUIDO CREMOSO; AFIXAÇÃO EM PAREDE POR MEIO DE PARAFUSO; EM MATERIAL PLÁSTICO,	150	UNID		



	COM ABERTURA FRONTAL POR MEIO DE CHAVE; ACIONAMENTO POR MEIO DE BOTÃO PLÁSTICO COM MOLA INTERNA EM METAL; RECIPIENTE INTERNO EM PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 800ML.				
79	SACO DE LIXO 100 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 50 UNIDADES	300	PCT		
80	SACO DE LIXO 100 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 100 UNIDADES	300	PCT		
81	SACO DE LIXO 120 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 50 UNIDADES	300	PCT		
82	SACO DE LIXO 120 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 100 UNIDADES	300	PCT		
83	SACO DE LIXO 150 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 50 UNIDADES	300	PCT		
84	SACO DE LIXO 150 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, PESADO. NA COR PRETA. ESPESSURA MÍNIMA 5 MICRA. PACOTE COM 100 UNIDADES	300	PCT		
85	SACO DE LIXO 20 LITROS P-3 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO PESADO NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES.	300	PCT		
86	SACO DE LIXO 20 LITROS P-3 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO PESADO NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES.	300	PCT		
87	SACO DE LIXO 60 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO. PESADO. NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES.	500	PCT		
88	SACO DE LIXO 60 LITROS P-5 EM PLÁSTICO REFORÇADO, INDICADO PARA USO DOMÉSTICO. PESADO. NA COR PRETA. PACOTES COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES.	500	PCT		
89	SACO DE LIXO HOSPITALAR - BRANCO LEITOSO - 20 LITROS. P-3 SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABTN. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 100 SACOS.	100	PCT		



90	SACO DE LIXO HOSPITALAR - BRANCO LEITOSO - 60 LITROS. P-5 SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABTN. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 100 SACOS.	100	PCT		
91	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO LEITOSO 100 LITROS. P-5, SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABTN. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E VALIDADE. PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 100 SACOS.	100	PCT		
92	SACO ENXUGÃO DE NO MÍNIMO 40 X 70 CM DE TECIDO NO MINIMO 85% ALGODÃO. POR UNIDADE	500	UNID		
93	SACO PARA FREEZER DE 03 KG ROLO COM 100 UNIDADES	100	ROLO		
94	SACO PARA FREEZER DE 05 KG COM 100 UNIDADES	200	ROLO		
95	SACO PLASTICO MEDIDAS 40CM X 60CM PARA EMBALAR NO MINIMO 8 KG, PACOTE DE 1KG.	050	PCT		
96	SAPONÁCEO MULTIUSO CREMOSO EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 250 ML COMPOSTO POR TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ABRASIVOS SUAVES, ALCALINIZANTE E FRAGRÂNCIA.	200	UNID		
97	SAPONÁCEO MULTIUSO EM PÓ EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 300 G COMPOSTO POR TENSOATIVOS ANIÔNICOS, ABRASIVOS SUAVES, ALCALINIZANTE E FRAGRÂNCIA	100	UNID		
98	SHAMPOO INFANTIL; EMBALAGEM NO MÍNIMO 350 ML; FÓRMULA SUAVE QUE NÃO IRRITA OS OLHOS; CONTEM PH NEUTRO; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, FORMULADO DE MANEIRA QUR POSSA MINIMIZAR O POSSÍVEL SURGIMENTO DE ALERGIA; FRAGÂNCIA INFANTIL; PODENDO SER UTILIZADO DIARIAMENTE EM TODOS OS TIPOS DE CABELOS.	800	UNID		
99	SUPORTE ORGANIZADOR DE PIA 3 EM 1 COM CAPACIDADE PARA 1 FRASCO DE DETERGENTE, 1 ESPONJA E 1 SABÃO EM BARRA. MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	100	UND		
100	TOALHA DE ROSTO DE TECIDO. BRANCA.TAMANHO MÍNIMO DE 50 CM X 70 CM, ALGODÃO.	200	UNID		
101	TOALHA DE ROSTO DE TECIDO. CORES DIVERSAS TAMANHO MÍNIMO DE 50 CM X 70 CM, ALGODÃO.	200	UNID		



102	TOUCA DESCARTÁVEL, TIPO SANFONADA (PLISSADA), COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM TNT (TECIDO NÃO TECIDO), COMPOSTO POR POLIPROPILENO, DE USO ÚNICO E NÃO ESTÉRIL. EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES, EM INVÓLUCRO QUE GARANTA A INTEGRIDADE E HIGIENE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO USO.	10	PCT		
103	VASSOURA COM CARREIRA DE PELO SINTÉTICO. DE NO MÍNIMO 30 CM DE COMPRIMENTO, COM SISTEMA DE ROSCA E TRAVAMENTO COM PREGOS OU PARAFUSOS; CABO MEDINDO NO MÍNIMO 1,20 METROS.	50	UNID		
104	VASSOURA DE NYLON PRODUTO COM BASE PLÁSTICA E CERDAS MÉDIAS E MACIAS EM FORMA DE LEQUE PARA TODOS OS TIPOS DE PISOS, COM CABO EM AÇO REVESTIDO EM PLÁSTICO ROSQUEÁVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 120CM.	500	UNID		
105	VASSOURA LIMPA TETO COM CABO DE NO MÍNIMO 3 METROS.	50	UNID		
106	VASSOURA TIPO CAIPIRA CONFECCIONADA EM CAPIM TIPO VASSOURA. CABO DE MADEIRA COM MÍNIMO 120 CM. TAMANHO: 40 CM COMPRIMENTO X 35 CM LARGURA.	800	UNID		
107	VASSOURÃO ESCOVÃO GARI DE NO MINIMO DE 40CM LARGURA, FABRICADO COM FIO PET, COM CABO DE MADEIRA, DEVIDAMENTE ENCABADO COM ALTA RESISTENCIA.	030	UNID		

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA – ITEM OBRIGATÓRIO

Nome: _____

Cargo na empresa: _____

CPF: _____

RG: _____ – SSP/ _____.

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____.

Endereço resid. completo: _____

Estado Civil: _____

E-mail institucional: _____. E-mail pessoal: _____

Fone(s): _____

Local e data:

(VIA ORIGINAL)

Nome:

Cargo: /Carimbo



ANEXO IV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

1.1. Deverá ser apresentado, de forma alternativa, um dos seguintes documentos, de acordo com o porte e classificação econômica da empresa:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI

1.2. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de Regularidade Estadual referente aos débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria-Geral do Estado, no caso de empresas sediadas no Estado de São Paulo, sendo igualmente aceita a Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa. O documento poderá ser obtido por meio do endereço eletrônico: https://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/sc/pages/home/home_novo.jsf. Para empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada certidão equivalente, emitida pelo órgão competente do respectivo Estado, devendo a licitante realizar a consulta e emissão no sítio eletrônico oficial correspondente.
- e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.1. Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor, nos



termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 90 (noventa) dias da apresentação das propostas.

4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

4.1 Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo VII, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a)** atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c)** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato ou da ata de registro de preço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em https://imprensaoficialmunicipal.com.br/monte_aprazivel
- g)** no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato ou da ata de registro de preço deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h)** no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i)** não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.3 do edital;
- j)** está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato ou da ata de registro de preço, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- k)** não possui relação de parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, com o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por patrimônio, considerando os ocupantes atuais de tais cargos ou os que ocuparam nos últimos seis meses.



ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE APRAZÍVEL, situada na Praça São João, nº 117, Centro, na cidade de Monte Aprazível (SP), CNPJ. Nº 53.221.701/0001-17, por intermédio de seu Prefeito, Sr. JOÃO ROBERTO CAMARGO, portador RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante designado **MUNICÍPIO**, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2026 (Processo Licitatório n. ____/2026), RESOLVE registrar nesta ATA os preços da empresa....., neste ato representada proprietário(a)....., neste ato denominada **DETENTORA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais normas e regulamentos correlatos, em conformidade com as disposições a seguir estipuladas:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto **Registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento das necessidades de manutenção dos diversos setores da Municipalidade**, em sede de registro de preços, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Do Fornecimento

3.1. O objeto deverá ser fornecido de acordo com as especificações deste Termo de Referência e em consonância com as condições estabelecidas na licitação ou no contrato e na proposta de preço.

3.2. A entrega do objeto será procedida, conforme as necessidades do CONTRATANTE, em atendimento às requisições expedidas pelo órgão requisitante.

3.2.1. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA (e-mail, WhatsApp, etc...).

3.3 Os materiais objeto desta licitação serão fornecidos de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo setor competente. As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Municipal, localizado na Rua Augusto Chiesa, nº 504, Centro, Monte Aprazível/SP, CEP 15150-043, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

3.4 As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente da Administração Municipal, compreendido das 8h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, para



possibilitar o adequado recebimento e conferência dos materiais por servidor responsável. A realização de entregas fora desses períodos poderá caracterizar descumprimento das obrigações contratuais.

3.5 O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada. As solicitações poderão ser encaminhadas por quaisquer meios que permitam a comprovação do seu recebimento, inclusive correio eletrônico, sistema eletrônico, aplicativo de mensagens ou outro meio formal de comunicação adotado pela Administração.

3.6 Os produtos fornecidos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e armazenamento, observando-se as especificações técnicas, as recomendações do fabricante, os prazos de validade aplicáveis e as normas sanitárias e regulamentares vigentes.

3.7 A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos, certificados, fichas técnicas, laudos ou demais informações necessárias para comprovar a qualidade, procedência e conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas no processo licitatório.

3.8 Correrão integralmente por conta da contratada todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo embalagem, carregamento, transporte, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

3.9. O objeto da licitação será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do produto com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.10. O objeto somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades o **CONTRATANTE** poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

3.11. Ficarão a cargo da(s) vencedora(s) do(s) item(s) do certame as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do objeto desta licitação.

4 - Das Condições De Pagamentos

4.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com a quantidade solicitada e entregue, após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da respectiva Nota fiscal, devidamente conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhada para tramitação do processo de instrução e liquidação junto ao Setor de Contabilidade, para posterior envio ao Setor de Tesouraria, que efetuará o pagamento no prazo de **até 30 (trinta) dias**.

4.1.1. No valor da Nota Fiscal deverão estar inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.2. Em conformidade com as instruções serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim os Impostos sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), em todos os pagamentos efetuados pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, conforme Instrução Normativa RFB 1234/2012, suas posteriores alterações ou outra norma que venha substituí-la.

4.2.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, conforme tabela de retenção constante na referida Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil.



4.2.2. O valor a ser deduzido deverá ser informado pela própria CONTRATADA mediante a aplicação, sobre o valor do documento fiscal, da alíquota respectiva à retenção efetuada.

4.2.3. Havendo erro ou falta de informação no documento fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, qualquer ônus ao contratante. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

4.2.4. Nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança dos bens ou dos serviços que contenham código de barras, deverão ser informados o valor bruto do preço do bem fornecido ou do serviço prestado e o valor do IR a ser retido na operação, devendo o pagamento ser efetuado pelo valor líquido deduzido da respectiva retenção.

4.2.5. Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto neste item não impedirá que a autoridade fiscal do município efetue o lançamento do Imposto de Renda a ser retido na Fonte, com a alíquota correspondente.

4.2.6. Em caso de descumprimento do dever de retenção e destinação à Fazenda Pública Municipal, a Procuradoria Jurídica Municipal será imediatamente comunicada do fato, para adoção de medidas quanto à apuração de eventuais responsabilidades.

4.3. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao objeto do presente Termo.

4.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

4.5. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas.

4.6. A licitante vencedora não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, nos casos de possíveis atrasos de pagamentos, nos termos previstos no artigo 137, § 2º, IV, da Lei Federal 14.133/2021, bem como durante eventual análise de reequilíbrio econômico-financeiro.

4.7. No caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual, o valor do contrato será reajustado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado no período de 12 (doze) meses.

5 - Dos Recursos Financeiros

5.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil.

6 - Do Suporte Legal

6.1 - Este Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais:-

Lei 14.133/2021

Lei Orgânica do Município;

Orçamento Vigente;

Pregão Eletrônico nº XX/2026 - Sistema de Registro de Preços SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

7.1. São obrigações do CONTRATANTE sem que a elas se limite:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;

7.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato/Ata e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

7.1.4. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dos valores correspondentes à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato/Ata;

7.1.5. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento do Contrato;



7.1.6. Permitir o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** ao local determinado para a execução do objeto.

7.2. São obrigações da **CONTRATADA** sem que a elas se limite:

7.2.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.2.3. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.2.4. Não contratar, durante a vigência do Contrato/Ata, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

7.2.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

7.2.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

7.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato;

7.2.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato e/ou Gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer irregularidades na execução do objeto;

7.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na contratação, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.2.10. Arcar com todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

7.2.11. Atender toda a legislação (no âmbito federal, estadual e municipal), durante a execução do objeto do Contrato;

7.2.12. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

7.2.13. Em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE** e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**;

7.2.14. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças na forma de entrega que fujam às especificações do Termo de Referência ou instrumento congênere;

7.2.15. Reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega do objeto.

8 - Da Gestão e Fiscalização.

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão designados o Gestor e o Fiscal da Ata, que serão responsáveis por acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. Serão gestores do (s) Contrato (s) Administrativo (s) oriundo deste certame os senhores Wellington Fernando Mestrinari Fernandes, Clóvis Estevam dos Santos, Ailton Alves da Rocha e Thiago Zangaro, membros da Comissão de Gestão, Controle e Gerenciamento de Contratos.

8.2.1. São funções dos gestores:



- I) Fiscalizar o cumprimento de atas com fornecedores, envolvendo as atas de compra, aluguéis, manutenções, serviços e todos os documentos relacionados;
- II) Fiscalizar o controle de vigências, reajustes e eventos, com ação proativa, informando os setores envolvidos todas as pendências e ocorrências;
- III) Opinar pela viabilidade administrativa pela criação de aditivos remetendo todas as informações para crivo jurídico e posterior despacho do executivo;
- IV) Fiscalizar o cadastro das atas juntos aos sistemas informatizados disponibilizados pela administração e os obrigatórios por lei;
- V) Fazer cumprir os cadastros de atas no portal da transparência da prefeitura;
- VI) Gerar agenda proativa de ações relacionadas a remessa e recepção de atas seja objetivando assinatura contratual ou qualquer similaridade.

8.3. Será Fiscal da ata o Sr. Benedito Aparecido Ribeiro Correa, Chefe de Gabinete.

8.4. A Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.8. Após a assinatura da ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

8.9. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

8.10. O fiscal técnico da ata acompanhará a execução da ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.10.1. O fiscal técnico da ata anotará no histórico de gerenciamento da ata todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

8.10.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da ata emitirá notificações para a correção da execução da ata, determinando prazo para a correção.

8.10.3. O fiscal técnico da ata informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.10.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprazadas, o fiscal técnico da ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da ata.

8.10.5. O fiscal técnico da ata comunicará ao gestor da ata, em tempo hábil, o término da ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

8.11. O fiscal administrativo da ata verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

8.11.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor da ata



8.12. O gestor da ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.12.1. O gestor da ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.12.2. O gestor da ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.12.3. O gestor da ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12.4. O gestor da ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.12.5. O gestor da ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.12.6. O gestor da ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de atas para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da ata.

9. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

9.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços observará uma das seguintes hipóteses, a depender da situação concreta à época da assinatura:

I - Vigência Imediata:

A Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua formalização, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor e desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração.

II - Vigência Condicionada ao Término de Ata Anterior:

Caso exista Ata de Registro de Preços anterior com o mesmo objeto ainda em vigor, a presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, com início no primeiro dia útil subsequente ao término da ata anterior, independentemente da data de sua formalização. A prorrogação poderá ocorrer por igual período, mediante a anuência do fornecedor e desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração.

9.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos inicialmente licitados.

9.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original.

9.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

9.5. O registro a que se refere o item 5.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

9.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 10 somente



será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

9.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

9.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

9.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3. O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 meses a contar da proposta.

11. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

11.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

11.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

11.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o



gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

11.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

12.1.1. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

12.1.2. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2 desta Ata; ou

12.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.4.1. Por razão de interesse público;

12.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:

13.2. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

13.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

13.5. Multa:

13.5.1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da ata de registro por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

13.5.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro, no caso de inexecução total do objeto.

13.6. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

13.7. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze)



dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade paralisar ou contratar.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.

13.11. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

13.13. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

14.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

15- Do Foro

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Aprazível, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Monte Aprazível/SP, xx de xxxx de 2026.



MUNICÍPIO DE
**MONTE
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.
ADM: 2025 - 2028

JOÃO ROBERTO CAMARGO
Prefeito Municipal

(Nome)
(CNPJ)

Empresa Contratada

(Nome)
(CPF)
(RG)
(Cargo)

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____



ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026

CONTRATANTE:

CNPJ:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento das necessidades de manutenção dos diversos setores da Municipalidade.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____/SP. de _____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



MUNICÍPIO DE
**MONTE
APRAZÍVEL**

Monte Aprazível em novos rumos.
ADM: 2025 - 2028

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento das necessidades de manutenção dos diversos setores da Municipalidade.

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Monte Aprazível/SP, XX de XXX de 2026.

**João Roberto Camargo
Prefeito Municipal**



ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026

Empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato ou da ata de registro de preço serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.monteprazivel.sp.gov.br
- g) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato ou da ata de registro de preço deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- h) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.3 do edital;
- j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato ou da ata de registro de preço, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- k) não possui relação de parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, com o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por patrimônio, considerando os ocupantes atuais de tais cargos ou os que ocuparam nos últimos seis meses.

_____, de _____ de _____.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)